

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR *CAMPUS*
PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES –CACOAL DEPTO
ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

DANIEL OLIVEIRA DA PAIXÃO

**DA PUBLICIZAÇÃO DAS CONVERSAS TELEFÔNICAS
INTERCEPTADAS NA OPERAÇÃO LAVAJATO E POSSÍVEIS
AFRONTAS A GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

CACOAL/RO
2016

DANIEL OLIVEIRA DA PAIXÃO

**DA PUBLICIZAÇÃO DAS CONVERSAS TELEFÔNICAS
INTERCEPTADAS NA OPERAÇÃO LAVAJATO E POSSÍVEIS
AFRONTAS A GARANTIAS CONSTITUCIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para grau final de bacharel em Direito elaborada sob a orientação do Professor Mestre Silvério dos Santos Oliveira.

CACOAL/RO
2016

A QUEBRA DO SIGILO DAS CONVERSAS TELEFÔNICAS E SUA POSTERIOR PUBLICIZAÇÃO EM RELAÇÃO A AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FORO NO ÂMBITO DA LAVA-JATO

Por

DANIEL OLIVEIRA DA PAIXÃO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor M.e Victor Almeida Conselva – UNIR – Presidente

Professora Doutora Maria Priscila Soares Berro – UNIR – Membro

Professor Especialista Jônathas Siviero – UNIR – Membro

Cacoal, 20 de dezembro de 2016.

À Deus, autor e consumidor de nossa vida, toda honra e Glória. Dedico esta obra à minha família, por sempre acreditar que eu venceria mais este desafio e também a todos os meus dedicados professores e mestres desta importante Universidade Federal de Rondônia, instituição que orgulha a todos nós.

RESUMO

O trabalho em epígrafe pretende fazer análise sobre as constantes quebras de sigilo das comunicações telefônicas de investigados na operação Lava-Jato, envolvendo, sobretudo, personalidades de grande protagonismo da política nacional, entre as quais o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de estados e ex-presidente da República, Dilma Vana Rousseff, deposta em um processo de impedimento político. O que se pretende esmiuçar é se, à luz da legislação em vigor, os procedimentos adotados pela denominada Força Tarefa da Operação Lava-Jato, composta da Polícia Federal e Ministério Público Federal, em conexão com a Vara Federal de Curitiba, utilizou os instrumentos adequados ou se violou normas constitucionais e infraconstitucionais no seu afã em combater, com toda a veemência, a corrupção no país decorrente do envolvimento de empreiteiros com funcionários do mais alto escalão de empresas estatais e até de agentes políticos em todas as esferas de poder da República Federativa do Brasil.

Palavras-chave: Lava-Jato. Telefônica. Prerrogativa de foro. Crise institucional.

ABSTRACT

This work will want to analyze on the constant telephone communications secrecy breaks investigated in Lava-Jato operation, involving especially large role of personalities of national politics, including former President Luiz Inacio Lula da Silva, state ministers and even the president of the Republic, his excellency Dilma Vana Rousseff. It wants to scrutinize is whether, in the light of the legislation, the procedures adopted by named Task Force Lava-Jato operation, consisting of the Federal Police and the Federal Public Ministry in connection with the Curitiba Federal Court used the appropriate tools or it violated constitutional and infra-constitutional norms in their eagerness to fight, in the strongest terms, against corruption in the country due to the involvement of contractors with top officials ranking state companies and even politicians in all spheres of power of the Republic of Brazil.

Keywords: Operation Lava-Jato. Breach of telephone secrecy. Legislative immunity Violation. Political Crisis and Threat to Stability Policy and Institutional.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	8
1 A OPERAÇÃO LAVA JATO	10
1.1 DAS INVESTIGAÇÕES NO ÂMBITO DA LAVA JATO	11
1.2 O QUE DIZ O MPF	13
2 INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	16
2.1 LEI DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	18
2.2 TIPOS DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	19
2.3 CONVERSA TELEFÔNICA DE ADVOGADOS	20
3 CABIMENTO E LEGALIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	21
3.1 COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR INTERCEPTAÇÃO	22
3.2 FORMA DO PEDIDO PARA A INTERCEPTAÇÃO	23
3.3 DO PRAZO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	23
4.1 CONVERSA 1:	28
4.2 CONVERSA 2:	28
4.3 CONVERSA 3:	29
4.5 CONVERSA 4:	30
4.6 CONVERSA 5:	30
4.7 CONVERSA 6:	31
4.8 CONVERSA 7:	32
4.9 A REPÚBLICA DE CURITIBA	32
5 FORO POR PRERROGATIVAS DE FUNÇÃO	40
5.1 FORO PRIVILEGIADO: NECESSIDADE OU UM PRIVILÉGIO?	41
5.2 PROPOSTAS PARA JULGAMENTO DE AUTORIDADES	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

A presente monografia propõe uma análise sobre a inviolabilidade das comunicações e os casos em que, excepcionalmente, tal instrumento seja permitido através de ordem judicial apenas com o intuito de apoio à investigação criminal ou instrução processual. Fora desse escopo, as interceptações de comunicações telefônicas ou por meios eletrônicos violam o que dispõe o Art. 5º inc. XII, da CF/1988.

Apesar do que dispõe a Constituição, entretanto, o sigilo em si não é um direito absoluto. O próprio artigo 5º permite a quebra do sigilo nas comunicações, por parte do Estado, desde que se observe o seguinte:

- a) Que essa interceptação se dê nas hipóteses e na forma da lei;
- b) Que essa interceptação seja utilizada para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- c) Que essa interceptação se dê com ordem judicial.

Apesar de essa exceção estar prevista na Constituição de 1988, permitindo-se que o Juiz pudesse requisitar a quebra do sigilo das comunicações, em casos excepcionais, a falta de uma melhor regulamentação impedia sua aplicação e somente passou-se a admitir a quebra do sigilo de comunicações com o advento da Lei 9296/96, que dispõe e regula as interceptações telefônicas e de comunicação.

A quebra de sigilo telefônico, de e-mails e mesmo a gravações ambientes captados sem o conhecimento do investigado sempre suscitou vários debates, embora seja cada vez mais usada por órgãos judiciais.

Essas gravações, mesmo com ordem judicial, devem observar certas cautelas, pois não poucas vezes podem atentar contra intimidade das pessoas, ainda mais sob a era da tecnologia da informação onde os vazamentos podem ocorrer com certa facilidade, expondo os investigados a ter suas conversas e e-mails divulgados em questão de minutos nos meios de comunicação de massa e, principalmente, através de redes sociais e comunicadores instantâneos.

No caso da presente pesquisa, o que se pretende, principalmente, é avaliar se a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça Federal tiveram a devida cautela durante suas operações, visto que, em muitas ocasiões, mesmo que com ordem judicial, durante a captação principalmente de ligações telefônicas com o objetivo de colher provas mais consistentes sobre os acusados, verificou-se, em algumas ocasiões, que embora não fossem alvos, autoridades com prerrogativa de foro tiveram suas conversas gravadas fortuitamente. Dentre essas autoridades estavam ministros de Estado e a então Presidente da República, fato que provocou acalorados debates nos meios políticos e acadêmicos.

Durante o transcurso das investigações da Operação Lava-Jato houve reclamações esporádicas por parte dos acusados, mas a repercussão maior ocorreu a partir do momento em que se tornou público que os próprios advogados de um dos mais proeminentes investigados, o ex-presidente Lula, também foram "grampeados" com autorização Judicial. Tais escutas, evidentemente, são questionáveis, pois a inviolabilidade da comunicação entre advogado e cliente está prevista no artigo 7º do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994). O objetivo dessa lei é garantir aos advogados "a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia".

1 A OPERAÇÃO LAVA JATO

Ainda que a Operação Lava-jato se aprofunde em investigações de práticas de crimes que remontam a mais de uma década de práticas, o seu início deu-se por acaso e o alvo direto não foram os agentes políticos e grandes empreiteiras do país como vemos hoje, especialmente em relação a desvios bilionários na Petrobras, que beneficiou dezenas de políticos e organizações políticas do país, como sabemos hoje.

A “Operação Lava Jato” teve início meados de 2014, quando a Justiça Federal do Paraná investigava e processava quatro organizações criminosas, comandadas por doleiros, os quais estariam usando postos de gasolina e lavanderia para movimentar os valores. Essas investigações foram se aprofundando e descobriu-se que esse era apenas a ponta do iceberg. Ao circundar esse imenso bloco de corrupção, a Justiça Federal e o Ministério Público descobriram um esquema poderoso de corrupção e que políticos de vários partidos, cores e matizes, beneficiavam-se de propinas pagas por empreiteiras e grandes construtoras do país para obterem vantagens em grandes contratos com a maior estatal do país, a Petrobrás.

A operação investiga a extensão desses ilícitos, mapeando o enriquecimento ilícito de vários agentes públicos. Descobriram-se vultosos desvios de recursos públicos e o desdobramento mostra que nunca na história deste país soube-se de algo tão monstruoso, tão escandaloso. As apurações indicam que a estatal foi saqueada por organizações criminosas, favorecendo políticos e agentes públicos, principalmente dos ligados ao partido que governava o país à época em que os fatos ganharam notoriedade. O Ministério Público e a Justiça Federal, ao avançarem e encontrarem o fio da meada, descobriram que não só os agentes corruptos ligados ao partido que governava eram beneficiados, mas também vários partidos que integravam a chamada base aliada e, em menor medida, até mesmo membros de partidos da então oposição aqui ou ali também foram citados, o que se faz supor que alguns deles, ao descobrirem o esquema, disso se aproveitaram para também exigirem sua quota com a promessa de não “atrapalharem” o esquema.

1.1 DAS INVESTIGAÇÕES NO ÂMBITO DA LAVA JATO

As investigações apontam que o esquema na Petrobras sempre foi algo muito meticuloso, pensado e organizado para saquear os cofres públicos e os cargos para as diretorias na estatal já eram direcionados a pessoas que estivessem dispostas a dar a contrapartida ao partido político ou apadrinhado político que o indicara. Esses nomeados ficavam então obrigados a atender as demandas do grupo que o patrocinara.

Quando a Justiça Federal e o Ministério Público inteiraram-se dos fatos e aprofundaram as investigações, muitos desses dirigentes decidiram colaborar através de um procedimento conhecido como “Delação Premiada”. Ao aceitar esse tipo de colaboração, em troca de abrandamento da pena, eles permitiram o indiciamento de diversos políticos e muitos deles se tornariam réus nesse processo cujo desdobramento parece indicar que ainda se está longe de sua conclusão.

Durante o desenrolar do procedimento judicial, alguns delatores tiveram maior protagonismo, entre os quais o então senador Delcídio do Amaral, líder do Governo no Senado e no Congresso Nacional. Delcídio do Amaral foi preso pela Polícia Federal em 25 de novembro de 2015. O motivo de sua prisão teria sido o fato de que ele houvera tentado dificultar as investigações. Gravações feitas pelo filho de Nestor Cerveró, ex executivo da Petrobras, indicam que o senador tentou impedir que o ex-funcionário da estatal consumasse seu intento de assinar o procedimento de delação. Nessa delação Cerveró implicaria o senador por supostamente ter participado de irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, no estado do Texas, nos Estados Unidos. Com a intenção de calar o delator, segundo apuração dos investigadores, Delcídio teria inclusive oferecido uma fuga segura a Cerveró, para que ele deixasse o país. Juntamente com a prisão de Delcídio, por tentativa de obstrução da Justiça, na mesma época também foram presos o banqueiro André Esteves, então CEO do BTG Pactual, e o advogado Edson Ribeiro, que atuou na defesa de Nestor Cerveró.

Conforme farto material divulgado pela imprensa, a Procuradoria concluiu que Delcídio teria oferecido R\$ 50 mil mensais para que Cerveró não citasse o senador na delação premiada. Nessa delação, conforme relato de Nestor Cerveró aos procuradores, Delcídio do Amaral recebeu suborno de US\$ 10 milhões da multinacional Alstom quando era Diretor de Óleo e Gás da Petrobras, entre 1999 e

2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa época, Cerveró era um de seus gerentes.

No dia 19 de fevereiro de 2016, o ministro do STF Teori Zavascki mandou Delcídio ser solto, revogando sua prisão preventiva. A decisão do ministro impõe restrições ao senador, que terá de ficar em casa no período noturno e nos dias de folga. Também não pode deixar o país e tem que se apresentar à Justiça a cada quinze dias. Nesse mesmo dia, o senador deixou a prisão, após negociar um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República. Nesse acordo, revelações importantes foram feitas no contexto da operação Lava-Jato.

Em 28 de julho de 2016, o MPF pediu novamente a prisão de Delcídio que foi solto em fevereiro pelo STF sob a condição de cumprir uma espécie de prisão domiciliar e, de 15 em 15 dias, comparecer em juízo. Dentre os citados na delação de Delcídio do Amaral, figura o atual presidente do Senado, Renan Calheiros.

No seu acordo de Delação Premiada, segundo a imprensa, Delcídio teria denunciado a existência de interferências nas investigações da Operação Lava Jato com nomeações de ministros para os tribunais superiores favoráveis às defesas dos acusados pela então presidente Dilma Rousseff, além de denúncias envolvendo o ex-presidente Lula. Em princípio, o senador e seu advogado divulgaram nota em que colocavam em dúvidas as informações da imprensa, mas o que era uma suposta delação confirmou-se como verdadeira quando foi homologada, em 15 de março de 2016, por decisão do Ministro do STF, Teori Zavascki. Na peça, Delcídio acusou os ex-ministros Antônio Palocci, Erenice Guerra, e Silas Rondeau, de envolvimento num esquema de R\$ 45 milhões. Entre os nomes citados por Delcídio aparece o nome do ex-presidente Lula; o da então presidente Dilma Rousseff; e os dos senadores Aécio Neves (PSDB), Edison Lobão (PMDB), Eunício Oliveira (PMDB), Gleisi Hoffmann (PT), Humberto Costa (PT), Jader Barbalho (PMDB), Romero Jucá (PMDB), Valdir Raupp (PMDB) e o do presidente da Casa, Renan Calheiros. Em 10 de maio de 2016, Delcídio teve o mandato cassado pelo Senado Federal. Embora o foco do presente trabalho seja o de avaliar se houve violação a princípios constitucionais e violação de competências nas decisões da Força Tarefa da Lava Jato, assim compreendidas as decisões da Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal do Paraná, antes de tudo é preciso compreender como funcionam as escutas e interceptações telefônicas à luz da Constituição Federal e dispositivos infraconstitucionais.

1.2 O QUE DIZ O MPF

O Nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos.

O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa. As empreiteiras - Em um cenário normal, empreiteiras concorreriam entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Neste caso, as empreiteiras se cartelizaram em um “clube” para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro escrito da distribuição de obras era feito, por vezes, como se fosse a distribuição de prêmios de um bingo.

Funcionários da Petrobras – As empresas precisavam garantir que apenas aquelas do cartel fossem convidadas para as licitações. Por isso, era conveniente cooptar agentes públicos. Os funcionários não só se omitiam em relação ao cartel, do qual tinham conhecimento, mas o favoreciam, restringindo convidados e incluindo a ganhadora dentre as participantes, em um jogo de cartas marcadas. Segundo levantamentos da Petrobras, eram feitas negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, dentre outras irregularidades.

Operadores financeiros – Os operadores financeiros ou intermediários eram responsáveis não só por intermediar o pagamento da propina, mas especialmente por entregar a propina disfarçada de dinheiro limpo aos beneficiários. Em um primeiro momento, o dinheiro ia das empreiteiras até o operador financeiro. Isso acontecia em espécie, por movimentação no exterior e por meio de contratos simulados com empresas de fachada. Num segundo momento, o dinheiro ia do operador financeiro até o beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou mediante pagamento de bens.

Agentes políticos – Outra linha da investigação, correspondente à sua verticalização, começou em março de 2015, quando o Procurador-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal 28 petições para a abertura de inquéritos criminais destinados a apurar fatos atribuídos a 55 pessoas, das quais 49 são titulares de foro por prerrogativa de função (“foro privilegiado”). São pessoas que integram ou estão relacionadas a partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras. Elas foram citadas em colaborações premiadas feitas na 1ª instância mediante delegação do Procurador-Geral. A primeira instância investigará os agentes políticos por improbidade, na área cível, e na área criminal aqueles sem prerrogativa de foro. Essa repartição política revelou-se mais evidente em relação às seguintes diretorias: de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa entre 2004 e 2012, de indicação do PP, com posterior apoio do PMDB; de Serviços, ocupada por Renato Duque entre 2003 e 2012, de indicação do PT; e Internacional, ocupada por Nestor Cerveró entre 2003 e 2008, de indicação do PMDB. Para o PGR, esses grupos políticos agiam em associação criminosa, de forma estável, com comunhão de esforços e unidade de desígnios para praticar diversos crimes, dentre os quais corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Fernando

Baiano e João Vacari Neto atuavam no esquema criminoso como operadores financeiros, em nome de integrantes do PMDB e do PT.

2 INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

Durante o trabalho de investigação levado a cabo pela Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal, diversos envolvidos foram alvos de interceptações telefônicas decretadas pelo Juiz Sérgio Moro, a pedido do Ministério Público. A Constituição Federal prevê, em situações excepcionais, o investigado pode ser monitorado, desde que a quebra do sigilo seja decretada por um juiz, dentro de critérios que levem em conta a razoabilidade e o interesse público envolvido.

A quebra do sigilo telefônico, em uma primeira análise, fere o princípio constitucional elencado no artigo 5º, inciso X e XII da CF/88, onde se prevê como invioláveis o direito à intimidade e à privacidade, assim como assegura como garantias fundamentais do cidadão o sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica, de dados bancário e fiscal e de comunicação telefônica.

Artigo 5º, inciso X da CF/88 – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Artigo 5º, inciso XII da CR/88 - “XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma em que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

Embora todas as interceptações decretadas pelo juiz Sérgio Moro sofressem algum questionamento, nenhuma outra teve tanta repercussão quanto a que permitiu o monitoramento das conversas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de investigar sua participação no esquema de recebimento de propinas de grandes empreiteiras, principalmente no que diz respeito a investimentos em um sítio em Atibaia, SP, e também o caso do Triplex em Guarujá, também no Estado de São Paulo.

Essas escutas também tinham o objetivo de averiguar possíveis irregularidades em palestras do Instituto Lula, entidade que, segundo suspeita-se, foi largamente utilizada para dissimular o pagamento de propinas. Toda a polêmica deu-se pela forma como esses áudios foram captados e depois divulgados através da mídia. Embora o ex-presidente tivesse se tornado um cidadão comum após

deixar o cargo de presidente da República em 31/12/2010, não há como relegar o seu protagonismo público no âmbito nacional e internacional, o que fez com que esse tipo de interceptação de suas conversas gerasse intensos debates, especialmente porque em algumas dessas gravações, foram interceptadas a conversa de pessoas com prerrogativa de foro, como ministros de estados e a própria Presidente da República de então, Dilma Vana Rousseff.

Outro acontecimento que gerou fortes repercussões foi a notícia de que nessas interceptações foram gravadas conversas de advogados integrantes da banca que presta assistência jurídica ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entidades ligadas à advocacia brasileira, embora reconhecendo que o conteúdo dos áudios gravados mostra a que nível a corrupção vem se alastrando no país, também protestaram por, segundo elas, haver violação ao Estatuto do Advogado e à própria Constituição Federal. A Constituição Federal, que prevê em seu artigo 133, ser o advogado indispensável à administração da justiça, possuindo inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. A Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, em seu artigo 7º, inciso III, afirma ser direito do advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis. A maioria dos juristas do país defende que a gravação de conversa dos advogados com os seus clientes viola as garantias e princípios fundamentais contidos na Constituição e que garantem o livre exercício profissional da advocacia.

A Lei 11.767, de 7 de agosto de 2008, em seu artigo 1º, que alterou a redação do artigo 7º, inciso II, da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, também determina que são invioláveis o escritório do advogado ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemáticas.

Por outro lado, ao justificar-se, o Juiz Sérgio Moro declarou que não determinou a interceptação telefônica de telefones de advogados em razão das atividades exercidas por eles. De acordo com reportagem publicada no site G1, em 05 de abril de 2016, Sérgio Moro informou que o único telefone que ele sabia pertencer a um advogado era o de Roberto Teixeira, sócio do escritório que faz defesa de Lula e é formalmente investigado. O juiz fez essas afirmações em comunicado que emitiu ao STF para prestar esclarecimentos sobre o levantamento

de sigilo dessas interceptações solicitado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki.

No mês anterior, em 17 de março, o escritório Teixeira, Martins & Advogados, que atende o ex-presidente, divulgou nota à imprensa, alegando que a operação Lava Jato fez grampo ilegal de 25 advogados que trabalham na empresa. Teixeira e seu sócio Cristiano Zanin Martins disseram que o telefone central do escritório foi grampeado, dando acesso aos telefonemas de outros advogados que representam o ex-presidente Lula. Toda essa polêmica ganhou as páginas dos jornais, mas a opinião pública, de um modo geral, tem se colocado do lado dos membros da força-tarefa da Lava-jato e do Juiz Sérgio Moro, a quem elogiam pelos esforços monumentais em combater a corrupção que se instalou em nosso país e que corrói as instituições e compromete a estabilidade social e política.

2.1 LEI DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

Há pouco mais de 20 anos nascia a regulamentação da Lei de Interceptação telefônica – Lei 9296/1990, em complemento ao que determina a Constituição Telefônica em seu Art. 5º, inciso XII que versa:

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Isto quer dizer que, em casos excepcionais, essa inviolabilidade pode ser quebrada, mas sempre levando em conta ser uma autorização precária, devendo haver justa causa e nunca pode se abusar dessa excepcionalidade. Em caso mais extremo, a quebra dessa inviolabilidade se dá quando decretado o estado de sítio, onde inclusive outros direitos da cidadania podem se tornar um tanto irrelevantes diante da necessidade do Estado em resolver questões prioritárias como o combate a motins e violência exagerada, etc (GRINOVER et. al. 2004).

Antes de 1988, a interceptação até acontecia, mas com base no art. 57 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Só que por não haver uma base sólida nesse código de aplicabilidade do instituto da interceptação, tanto o Supremo

Tribunal Federal (STF), quanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acabavam anulando esses atos por entender que havia um evidente conflito com a lei maior do país. Assim, preocupados em criar condições excepcionais para o combate à criminalidade, surgiu a Lei 9296/96 com o objetivo de regulamentar e permitir o instituto das interceptações.

Art 1º da Lei 9296/9 – A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.
Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática

Essa lei regulamentadora permitiu preencher a lacuna existente, pois havia de um lado o interesse público em combater a criminalidade e de outros direitos constitucionais da inviolabilidade das comunicações. Só que certos direitos, em um estado democrático organizado, não podem ser absolutos. (NOLASCO, 2014; GRINOVER et. al.,2004; PARIZATTO,1996).

2.2 TIPOS DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

Existe a interceptação em sentido estrito, feita por um terceiro sem o conhecimento dos interlocutores. Também existe a escuta telefônica feita por um terceiro, mas com o conhecimento de um dos interlocutores sem o conhecimento do outro. Existe ainda a gravação clandestina, captada por um dos próprios interlocutores, sem que o outro saiba, não existindo a figura do terceiro interceptador. No que tange a interceptação ambiental, o conceito é o mesmo aplicado à conversa no ambiente feita por um terceiro e sem o conhecimento dos interlocutores. Na escuta ambiental, a captação é feita por um terceiro, com o conhecimento de um dos interlocutores e sem o conhecimento do outro. A gravação ambiental, também conhecida como gravação clandestina é a conversa feita por um dos próprios interlocutores (JUNIOR, 2010).

De um modo geral, segundo a Jurisprudência do STF e do STJ, apenas as interceptações em sentido estrito e a que tem o conhecimento de um dos interlocutores é aceita para efeitos da Lei 9.296/96. Por esse entendimento, a referida lei só pode ser aplicada à interceptação telefônica e a Escuta Telefônica,

pois nesses casos há a figura da comunicação telefônica e um terceiro interceptador.

Nas demais hipóteses são necessárias autorizações judiciais, enquanto que nas primeiras hipóteses não há necessidade de uma autorização judicial, salvo se se tratar de conversa íntima ou da vida privada.

2.3 CONVERSA TELEFÔNICA DE ADVOGADOS

Uma das maiores polêmicas a respeito dessa operação Lava-jato foi certamente a gravação de suposta conversas entre advogados e clientes. De um modo geral, esse tipo de interceptação, escuta ou gravação é totalmente ilegal. De acordo com o STJ, HC 59.967 e HC 66.368/PR, mesmo quando nessa interceptação autorizada pela Justiça houver conversas de advogados e seus clientes, essas precisam ser descartadas. Se, porém, nessa mesma gravação houver gravações de traficantes com outros traficantes essa parte pode ser utilizada. No caso concreto do HC 66.368/PR, de 20 conversas, 15 destas eram com outros traficantes e cinco dizia respeito a conversa com advogados, que não foram validadas. Mesmo que a defesa tenha, nesse caso, pedido a anulação de todas as gravações, o STJ entendeu que o juiz poderia usar todas as demais interceptações.

As gravações do Juiz Sérgio Moro em relação aos advogados do ex-presidente Lula, em uma primeira análise, afrontam à inviolabilidade telefônica garantida pelo artigo 7º, inciso II, do Estatuto do Advogado (Lei nº 8.906/1994). Cabe, no entanto, explicitar que se o próprio advogado é o criminoso ou investigado, a gravação não é considerada ilegal. Foi o que entendeu o STF, HC 96.909/MT (J. em 17.11.2009). Quando não há quebra de sigilo profissional, mas investigação de um crime, tal situação se é permitida.

Nesse caso específico do ex-presidente Lula, as interceptações telefônicas foram consideradas pelo advogado Roberto Teixeira uma violação do Estatuto do Advogado. O escritório alega que a intenção tanto do Juiz como do Ministério Público foi o monitorar os atos e a estratégia de defesa do ex-presidente, afrontando garantia do artigo 7º, inciso II, do Estatuto do Advogado (Lei nº 8.906/1994).

3 CABIMENTO E LEGALIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

Para que a interceptação seja admitida de forma lícita, é necessário que haja indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal, desde que a prova não seja possível por outros meios.

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I – não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;

II – a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;

III – o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Inciso I – Indícios Razoáveis de autoria ou participação em infração penal: se não houver esses indícios razoáveis ou a autoridade policial e o Ministério Público não demonstrarem esses indícios razoáveis no pedido de interceptação, esta constitui prova ilícita.

Inciso II – Indispensabilidade ou imprescindibilidade da Interceptação:

Inciso III – Para apuração de crime punido com reclusão. (Lei 9296/96).

Para que a interceptação possa ser utilizada como prova em crime que seja punível com detenção, ele precisa ser conexo ao crime de reclusão no qual havia sido determinada a interceptação. O mesmo vale para as contravenções penais.

O artigo segundo em seu parágrafo único da Lei 9296/96 menciona sobre a descoberta fortuita ou encontro ocasional.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

A questão que se levanta é se as descobertas de novos crimes devam ser imediatamente investigadas. A doutrinadora Ada Pellegrini Grinover, diz que:

O valor constitucionalmente protegido pela vedação das interceptações telefônicas é a intimidade. Rompida esta, licitamente, em face do permissivo constitucional, nada mais resta a preservar. Seria uma demasia negar-se a recepção da prova assim obtida, sob a alegação de que estaria

obliquamente vulnerado o comando constitucional. Ainda aqui, mais uma vez, deve prevalecer a lógica do razoável. (GRINOVER, 2006, p. 194)

No entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal a interceptação só é válida se se tratar de novo crime ou se a descoberta do criminoso, fortuitamente, revelar ligação com o crime objeto do pedido. Sem essa relação, a interceptação só terá validade como *notitia criminis* para a apuração de fatos novos. Só que turmas de ambos os tribunais já divergiram ao entenderem que a interceptação pode ser utilizada como prova mesmo que o novo crime ou criminoso não tenha nenhuma relação com o crime, objeto do pedido de interceptação. Nesse sentido, STJ HC 69.552/PR (5ª Turma, J. em 06.02.2007), e STF AI no AgRg/SP nº 761.706 (2ª Turma, J. em 06.04.2010).

3.1 COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR INTERCEPTAÇÃO

De acordo com o artigo 3º da Lei 9296/96 apenas o Juiz é competente para autorizar a interceptação que pode ser determinada de ofício ou a requerimento de autoridade policial, representante do Ministério público, etc.

Art. 3º - A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I – da autoridade policial, na investigação criminal;

II – do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

Como se pode observar no artigo 3º nem mesmo o legislador pode determinar interceptação telefônica por meio de Comissão de Inquérito. Somente o Juiz ou Tribunal tem essa prerrogativa, seja durante o transcurso das investigações ou mesmo durante a ação penal. Às demais autoridades, o que pode ser feito são requerimentos ao juiz.

No que diz respeito à decretação de ofício, contudo, a doutrina e jurisprudência majoritária consideram que o artigo 3º é inconstitucional uma vez que pode violar o princípio da imparcialidade e inércia de jurisdição. Nesse sentido, o renomado autor Paulo Rangel, bem como o Procurador Geral da República se manifestou na ADI 3450 requerendo a declaração da inconstitucionalidade do art. 3º neste ponto.

O alicerce do processo é a instrução contraditória, que permitirá ao magistrado cognição plena acerca da imputação e de contra imputação, na

dialética necessária a toda discussão em juízo, como residência segura do provimento almejado. Sem o alicerce as bases certamente irão ruir, não servindo de nada a construção açodada, se ao final o resultado obtido virá abaixo. (TAVORA, 2011, p. 70).

3.2 FORMA DO PEDIDO PARA A INTERCEPTAÇÃO

Antes de tudo, para se pedir a interceptação, o juiz precisa demonstrar que não existe outro meio para captar a prova que se busca, já que o artigo 2º da Lei 9296/96 assevera ilegalidade se houver outros elementos na colheita da prova.

Se houver como colher outros elementos de prova, não será cabível a interceptação telefônica. Vejamos então quanto ao pedido o que reza o artigo 4º da Lei 9296/96:

Art. 4º - O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterá a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

§ 1º Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

§ 2º O juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, decidirá sobre o pedido.

3.3 DO PRAZO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

Além de demonstrar que não existe outro meio de prova o pedido também precisa estar muito bem fundamentado, como assegura a lei 9296/96, em seu art. 5º.

Art. 5º - A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

No que diz respeito ao tempo, prazo, propriamente dito, o renomado professor e doutrinador Luiz Flávio Gomes diz que o limite faz parte da proporcionalidade em abstrato, da qual se encarregou o legislador.

Ele assevera que o juiz não pode manter esse tempo indefinido, sob pena de constranger o investigado, violando sua honra e intimidade. Conta-se o prazo a partir da decretação da medida.

4 LEVANTAMENTO DO SIGILO NO ÂMBITO DA LAVA-JATO

A retirada do sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 17 de março de 2016 foi muito criticada por vários juristas visto que o país testemunhou a captação, ainda que fortuita, de conversas envolvendo personalidade com prerrogativa de foro, como a então presidente Dilma Rousseff.

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, procurou justificar sua decisão em relação ao levantamento do sigilo da 24ª fase da Operação -- revelando diálogo entre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma -- alegando que sua intenção foi a de "propiciar a ampla defesa e publicidade" em relação a chamada Operação *Aletheia*: (busca da verdade).

Essa operação investigava o presidente, mas fortuitamente captou-se naquela data um diálogo entre a presidente da república então vigente e o ex-presidente, e nesses diálogos vislumbrou-se inclusive uma suposta tentativa de frustrar o trabalho da justiça em relação ao ex-presidente investigado naquele momento.

No seu despacho, publicado no Site de Notícias G1, o magistrado afirma que "a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras".

Trata-se de processo vinculado à assim denominada Operação Lava-jato e no qual, a pedido do Ministério Público Federal, foi autorizada a interceptação telefônica do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de associados.

A interceptação foi interrompida.

Juntou a autoridade policial relatórios e áudios nos eventos 109, 111, 116 e 133.

Ouvido, o MPF manifestou-se pelo levantamento do sigilo sobre estes autos e a remessa deles à Procuradoria-Geral da República (evento 123). Decido.

Com a efetivação das buscas e diligências ostensivas da investigação em relação a supostos crimes envolvendo o ex-Presidente (processo 5006617-29.2016.4.04.7000), não há mais necessidade de manutenção do sigilo sobre a presente interceptação telefônica.

Rigorosamente, pelo teor dos diálogos degravados, constata-se que o ex-Presidente já sabia ou pelo menos desconfiava de que estaria sendo interceptado pela Polícia Federal, comprometendo a espontaneidade e a credibilidade de diversos dos diálogos.

Da mesma forma, alguns diálogos sugerem que tinha conhecimento antecipado das buscas efetivadas em 04/03/2016.

Observo que, apesar de existirem diálogos do ex-Presidente com autoridades com foro privilegiado, somente o terminal utilizado pelo ex-

Presidente foi interceptado e jamais os das autoridades com foro privilegiado, colhidos fortuitamente.

Rigorosamente, sequer o terminal do ex-Presidente foi interceptado, mas apenas o terminal telefônico utilizado por assessor dele (11XXXXXXX), do qual ele fazia uso frequente.

Mantive nos autos os diálogos interceptados de Roberto Teixeira, pois, apesar deste ser advogado, não identifiquei com clareza relação cliente/advogado a ser preservada entre o ex-Presidente e referida pessoa.

Rigorosamente, ele não consta no processo da busca e apreensão 5006617-29.2016.4.04.7000 entre os defensores cadastrados no processo do ex-Presidente. Além disso, como fundamentado na decisão de 24/02/2016 na busca e apreensão (evento 4), há indícios do envolvimento direto de Roberto Teixeira na aquisição do Sítio em Atibaia do ex-Presidente, com aparente utilização de pessoas interpostas. Então ele é investigado e não propriamente advogado. Se o próprio advogado se envolve em práticas ilícitas, o que é objeto da investigação, não há imunidade à investigação ou à interceptação.

Observo que, em alguns diálogos, fala-se, aparentemente, em tentar influenciar ou obter auxílio de autoridades do Ministério Público ou da Magistratura em favor do ex-Presidente. Cumpre aqui ressaltar que não há nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada. Ilustrativamente, há, aparentemente, referência à obtenção de alguma influência de caráter desconhecido junto à Exma. Ministra Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal, provavelmente para obtenção de decisão favorável ao ex-Presidente na ACO 2822, mas a eminente Magistrada, além de conhecida por sua extrema honradez e retidão, denegou os pleitos da Defesa do ex-Presidente.

De igual forma, há diálogo que sugere tentativa de se obter alguma intervenção do Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski contra imaginária prisão do ex-Presidente, mas sequer o interlocutor logrou obter do referido Magistrado qualquer acesso nesse sentido. Igualmente, a referência ao recém nomeado Ministro da Justiça Eugênio Aragão ("parece nosso amigo") está acompanhada de reclamação de que este não teria prestado qualquer auxílio.

Faço essas referências apenas para deixar claro que as aparentes declarações pelos interlocutores em obter auxílio ou influenciar membro do Ministério Público ou da Magistratura não significa que esses últimos tenham qualquer participação nos ilícitos, o contrário transparecendo dos diálogos. Isso, contudo, não torna menos reprovável a intenção ou as tentativas de solicitação.

Não havendo mais necessidade do sigilo, levanto a medida a fim de propiciar a ampla defesa e publicidade.

Como tenho decidido em todos os casos semelhantes da assim denominada Operação Lava-jato, tratando o processo de apuração de possíveis crimes contra a Administração Pública, o interesse público e a previsão constitucional de publicidade dos processos (art. 5º, LX, e art. 93, IX, da Constituição Federal) impedem a imposição da continuidade de sigilo sobre autos. O levantamento propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal. A democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras.

Isso é ainda mais relevante em um cenário de aparentes tentativas de obstrução à justiça, como reconhecido pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, ao decretar a prisão cautelar do Senador da República Delcídio do Amaral Gomez, do Partido dos Trabalhadores, e líder do Governo no

Senado, quando buscava impedir que o ex-Diretor da Petrobrás Nestor Cúñat Cerveró, preso e condenado por este Juízo, colaborasse com a Justiça, especificamente com o Procurador Geral de Justiça e com o próprio Supremo Tribunal Federal.

Não muda esse quadro o fato da prova ser resultante de interceptação telefônica. Sigilo absoluto sobre esta deve ser mantido em relação a diálogos de conteúdo pessoal inadvertidamente interceptado, preservando-se a intimidade, mas jamais, à luz do art. 5º, LX, e art. 93, IX, da Constituição Federal, sobre diálogos relevantes para investigação de supostos crimes contra a Administração Pública. Nos termos da Constituição, não há qualquer defesa de intimidade ou interesse social que justifiquem a manutenção do segredo em relação a elementos probatórios relacionados à investigação de crimes contra a Administração Pública.

Portanto, levanto o sigilo sobre estes autos. Vincule a Secretaria este processo ao aludido 5006617-29.2016.4.04.7000.

Da mesma forma, levanto o sigilo sobre os inquéritos vinculados ao aludido 5006617-29.2016.4.04.7000.

Concomitantemente, diante da notícia divulgada na presente data de que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria aceito convite para ocupar o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, deve o feito, com os conexos, ser remetido, após a posse, aparentemente marcada para a próxima terça-feira (dia 22), quando efetivamente adquire o foro privilegiado, ao Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Intime-se o MPF para indicar os processos a serem encaminhados.

Curitiba, 16 de março de 2016. (Despacho do Juiz Sérgio Fernando Moro em 16 de março de 2016, órgão Julgador: Juízo Federal da 13ª VF de Curitiba).

Essa decisão do magistrado causou muita revolta tanto do ex-presidente, como da então chefe da nação, Dilma Rousseff, especialmente porque, como noticiou a Folha de São Paulo, o juiz Sergio Moro havia mandado suspender as interceptações telefônicas antes do horário em que deu-se a captura do diálogo entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente naquela data (16/03/2016) no qual é discutido o termo de posse do novo chefe da Casa Civil.

As interceptações foram autorizadas por meio da decisão do evento 4 [em 19 de fevereiro de 2016]. Tendo sido deflagradas diligências ostensivas de busca e apreensão no processo 5006617-29.2016.4.04.7000, não vislumbro mais razão para a continuidade da interceptação. Assim, determino a sua interrupção. Ciência à autoridade policial com urgência, inclusive por telefone. Ciência ao MPF [Ministério Público Federal] para manifestação. (Informa documento do processo assinado eletronicamente por Moro às 11:12.).

De acordo com o site, entre 12:17 e 12:18, Moro envia comunicações aos diretores das operadoras telefônicas do país informando que várias linhas telefônicas não deveriam ser mais interceptadas.

Entre eles está o ofício à Claro solicitando que "sejam adotadas todas as providências necessárias ao cancelamento imediato da interceptação" incluindo a linha celular do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em documento anexado às 15h34, contudo, a equipe de análise da Polícia Federal da Lava Jato informa ao delegado Luciano que às 13h32 foi gravado um telefonema da mesma linha, revelando o diálogo entre Lula e Dilma.

DILMA: Alô.

LILS: Alô.

DILMA: LULA, deixa eu te falar uma coisa.

LILS: Fala querida. "Ahn"

DILMA: Seguinte, eu tô mandando o "BESSIAS" junto com o PAPEL pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o TERMO DE POSSE, tá?!

LILS: "Uhum". Tá bom, tá bom.

DILMA: Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.

LILS: Tá bom, eu tô aqui, eu fico aguardando.

DILMA: Tá?!

LILS: Tá bom.

DILMA: Tchau

LILS: Tchau, querida (Diálogo captado fora do prazo, pois o próprio juiz já havia mandado as operadoras cessarem as interceptações).

Um outro renomado site de notícias, o Zero Hora, divulgou à época que a divulgação da conversa telefônica entre a presidente Dilma e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou um debate nos meios jurídicos sobre a legalidade da ação do juiz Sergio Moro. Como a presidente Dilma desfruta de foro privilegiado, há dúvidas se o juiz poderia ter tornado público o diálogo. Para o criminalista Eduardo Ferrão, um dos mais requisitados advogados de Brasília, não pairam dúvidas sobre a legalidade da escuta telefônica e da divulgação da conversa. De acordo com Ferrão, só haveria óbice caso não houvesse autorização judicial:

Se a interceptação foi autorizada pela Justiça, e se depois houve a queda do sigilo dessa interceptação, não há problema algum. Seja qual for o interlocutor do alvo da escuta telefônica, ele pode ter o nome divulgado. Desde, claro, que tudo tenha amparo judicial. O grampo precisa ser legal.

Esse é o mesmo entendimento do doutor em direito penal e professor universitário André Callegari. O advogado, que tem entre seus clientes investigados na Lava-Jato, considera que não há delito em divulgar a interceptação telefônica quando o alvo original não tem prerrogativa de foro.

Resumo das conversas de Lula, algumas com pessoas com prerrogativa de foro, como Ministros de Estados e a própria então presidente Dilma Vana Rousseff.

4.1 CONVERSA 1: “SE HOMEM NÃO TEM ***, QUEM SABE UMA MULHER CORAJOSA TEM”?

Neste trecho, Lula conversa com o então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, sobre a ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Rosa Weber. A ministra negou pedido da defesa de Lula para suspender duas investigações que o envolviam: a propriedade e obras no triplex do Guarujá (SP) e a compra do sítio em Atibaia.

LULA: Ô, Wagner, eu queria que você visse agora de falar com ela [Dilma], já que ela tá aí, falar o negócio da Rosa Weber.
WAGNER: Porque tá na mão dela para decidir.
LULA: Se o homem não tem ***, quem sabe uma mulher corajosa [Weber] não tem saco para fazer?
WAGNER: Combinado. (IRAHETA, 2016, s.p.)

4.2 CONVERSA 2: “EU ACHO QUE TEM QUE FICAR CERCADO EM TORNO DO PRÉDIO DO LULA E SAIR NA PORRADA”.

O diálogo a seguir ocorre entre o ministro Jaques Wagner e o presidente nacional do PT, Rui Falcão, que pede que o governo “desloque alguém” para São Paulo no aparente intuito de proteger Lula.

Pimenta mostra apreensão de a juíza Maria Priscilla Ernandes acolher o pedido de prisão preventiva de Lula, feito pelo Ministério Público de São Paulo na anterior.

O ministro sugere: “eu acho que tem que ficar cercado no prédio dele e sair na porrada [em caso de prisão de Lula]”.

Nessa conversa, os investigadores da PF depreendem que o PT e Lula já estariam estudando a nomeação do ministério como uma forma de Lula escapar da prisão.

[Ouve-se Wagner gritando “...”]
FALCÃO: Oi Jaques. O louco do [promotor Cássio] Conserino pediu pra gente...
WAGNER: É, eu sei.
FALCÃO: Vocês vão deslocar alguém pra cá?

WAGNER: Deslocar em que sentido?
 FALCÃO: Tem que vir alguém pra cá, ***! Pra se mexer aqui também.
 WAGNER: Alguém quem? Não tô raciocinando.
 FALCÃO: Não tem ministro da Justiça?
 WAGNER: Tem ministro da Justiça, tá no Ministério, tá no posto.
 FALCÃO: Alguma iniciativa vocês precisam tomar porque tá na mão da juíza da 4ª Vara [Criminal da Justiça, Maria Priscilla Ernandes] que não sabe quando toma decisão, mas pode tomar hoje.
 WAGNER: Ele [o promotor Conserino] pediu a preventiva do cara? Em cima do quê?
 FALCÃO: Ele é louco, os 3 promotores aqui...
 WAGNER: A juíza pode despachar agora, tamo chamando deputado.
 FALCÃO: Se nomear ele [como ministro] hoje, o que que acontece?
 WAGNER: Aí não sei. Ele aceitou?
 FALCÃO: Tá todo mundo pressionando aqui, o Fernando Haddad, os sindicatos, todo mundo aqui.
 WAGNER: Eu acho que tem ficar cercado no prédio dele e sair na porrada.
 FALCÃO: Mas, enquanto isso, toma decisão de Estado maior e mantém a gente informado. (IRAHETA,2016, s.p.)

4.3 CONVERSA 3: “ELA PENSOU QUE ERA UM PRESENTE DE DEUS. E ERA A POLÍCIA FEDERAL”

Em uma interceptação de conversa entre Dilma e Lula, o petista arrancou gargalhadas da presidente ao comentar sobre a chegada dos policiais federais à casa de Clara Ant, atual diretora do Instituto Lula, por ocasião da 24ª fase da Lava Jato.

DILMA: Alô.
 LULA: Alô minha filha, tudo bem?
 DILMA: Não tô achando tudo bem, não.
 LULA: Faz parte, Dilma
 DILMA: Ah, faz parte. E como é que você tá?
 LULA: Falei com a Marisa [Letícia, esposa de Lula]. Agora foram embora da casa de todos, Fábio, Sandro. As perguntas, se os canalhas tivessem mandado ofício, eu teria mandado. Eu acho que o Moro quis fazer um espetáculo antes daquilo que tá no Supremo. Precisava fazer espetáculo e pirotecnia. Levaram os mesmos documentos.
 DILMA: Os mesmos?
 LULA: Foram na casa do Paulo Okamoto [presidente do Instituto Lula], da casa da Clara Ant. A Clara tava dormindo sozinha, quando entrou (sic) cinco homens lá dentro. Ela pensou que era um presente de Deus. E era Polícia Federal.
 DILMA: Ela pensou que fosse um presente de Deus? (risos)
 (IRAHETA,2016, s.p.)

4.4 CONVERSA 4: “TEMOS UM STF ACOVARDADO E PARLAMENTARES

***”

No áudio acima, a partir do minuto 4:40, é possível ouvir Lula disparando contra diversas instituições do País.

Ele sugere à Dilma que é preciso “mudar alguma coisa neste País”, em referência à autonomia de órgãos investigadores, como a Polícia Federal e o Ministério Público.

LULA: Nós temos uma Suprema Corte totalmente acordavarda. Nós temos um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um Parlamento totalmente acovardado. Somente nos últimos tempos é que o PT e o PCdoB começaram a acordar e brigar. Um presidente da Câmara fodido, presidente do Senado fodido, não sei quantos parlamentares ameaçados [pela Lava Jato], e fica todo mundo no compasso de que vai acontecer um milagre e vai todo mundo se salvar. Eu sinceramente tô assustado com a República de Curitiba. Porque, a partir de um juiz de primeira instância, tudo pode acontecer neste País, tudo pode acontecer.

[...]

LULA: Eu tô pensando em pegar todo o acervo [que era da Presidência] e jogar na frente do Ministério Público. 11 contêneires de tranqueiras que ganhei quando tava na Presidência.

DILMA: Dá para eles. Eu vou fazer a mesma coisa com os meus.

LULA: Temos de conversar pessoalmente. Nós precisamos mudar alguma coisa neste País. Ontem eu disse: como é que pode um delegado da Polícia Federal dar declaração contra mudança de ministro? Eu disse a eles que a pessoa que tá precisando de autonomia é a Dilma, a única eleita. Ela não consegue governar por causa do Congresso, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, ela não consegue (IRAHETA,2016, s.p.).

4.5 CONVERSA 5: “AMANHÃ VÃO FAZER *** COM LULA E TERÇA-FEIRA O *** DA OAB VAI FALAR”

Ainda no áudio acima, no minuto 7:15, Wagner e Lula conversam sobre a condução coercitiva do ex-presidente.

O então ministro xinga um representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e também o senador-bomba, Delcídio do Amaral, que está delatando diversos políticos aos investigadores da Lava Jato.

WAGNER: Acho que tão querendo criar clima pro dia 13 [dia dos protestos], só falam de renúncia agora. Quando saiu a matéria da Istoé, eu falei: amanhã vão fazer alguma *** com o Lula. Na terça-feira, o *** da OAB vai botar aqui dizendo o que o conselho da OAB acha nesse caso. É uma palhaçada! O Delcídio, ***, que eu não imaginei que era tão canalha... Ele fala de Pasadena [refinaria que adquiriu contrato superfaturado com a Petrobras], por exemplo. Essa *** já foi arquivada pela PGR. Fala que você mandou isso, mandar aquilo. Tem prova? Quer dizer... Eu não sabia q ele fosse tão escroto (IRAHETA,2016, s.p.).

4.6 CONVERSA 6: “MINHA VIDA COMEÇOU COM LULA E CABRAL, TERMINOU COM DILMA E PEZÃO.”

Um dos diálogos mais tragicômicos é travado entre Lula e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB).

O peemedebista critica o humor da presidente e bajula o ex-presidente.

Ambos falam também em impor limites à atuação da Polícia Federal e do Ministério Público.

LULA: É um bando de *****, vou contar uma coisa. Deixa eu lhe falar: esses meninos da Polícia Federal e esse menino do Ministério Público se sentem enviados de Deus.

PAES: Mas sabe que todos do Ministério Público são crentes, né?.

LULA: Eu acho que sou a chance que esse País tem de brigar com eles para tentar colocar no seu devido lugar.

PAES: É, dar um limite.

LULA: É, nós queremos instituições sérias, mas tem que ter limites, tem que ter regras.

PAES: Passou de todos os limites, a gente fica com medo de conversar com as pessoas.

LULA: Lógico,

[...]

PAES: Tenho que falar uma coisa pro senhor. Minha vida [na prefeitura do Rio] começou com Lula e Cabral. Terminou com Dilma e Pezão. (risos de Lula) Tu não faz ideia como eu tô sofrendo. É uma

LULA: Mas você, querido, com todo problema, é abençoado por Deus por causa desta Olimpíada. Os outros prefeitos que eu converso tão

PAES: Mas, presidente, segurar a Olimpíada com Vossa Excelência e Sérgio Cabral é uma coisa; segurar com aquela... Com o bom humor da Dilma e do Pezão... (IRAHETA,2016, s.p.)

4.7 CONVERSA 7: “LULA, O SENHOR NÃO PERDEU SUA ALMA DE POBRE”

Ainda no áudio acima, a partir de 4:25, Paes faz uma série de declarações classistas, depreciando as propriedades que são investigadas pela Lava Jato como bens de Lula.

O prefeito do Rio desqualifica municípios como São Pedro da Aldeia e Araruama.

Lula não se defende da associação de que efetivamente as propriedades são dele; apenas ri.

PAES: Mas tamo junto, o senhor tem minha solidariedade. Da próxima vez, vê se me para com essa vida de pobre, com essa alma de pobre, comprando esses barcos de merda, sitiozinho vagabundo. Essa tua alma de pobre... Se fosse aqui no Rio, esse sitio não era Petrópolis, não era Itaipava, era como se fosse Maricá, uma merda de lugar. Esse barquinho dele é em São Pedro da Aldeia e Araruama, não em Búzios e Angra. É um cafona mesmo; o senhor não perdeu sua alma de pobre (IRAHETA,2016, s.p.).

4.8 CONVERSA 8: “ESSA É A GRATIDÃO DO JANOT POR MIM”

Em conversa com seu advogado Sigmaringa Seixas, o ex-presidente criticou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, como se devesse um favor ao governo, já que foi nomeado pela presidente Dilma.

LULA: Eu tô cansado das coisas formais. Esse cara [Rodrigo Janot], se fosse formal, ele não seria procurador-geral da República. Ele tinha tomado no ..., tinha ficado em terceiro lugar. Esse é um dado. Quando os caras precisam, não têm formalidade. E, quando a gente precisa, tá cheio de formalidade. Vai se foder, porra. [...] É uma coisa simples que te pedi de manhã, era uma coisa simples, não precisava de formalidade.

SIGMARINGA: Mas simples ele vai dizer “não”, ele não vai nos receber.

LULA: Ele recusou quatro pedidos de investigação do Aécio e aceitou o primeiro do bandido do Acre (seria Rondônia) contra mim. Essa é a gratidão dele por ele ser procurador.

SIGMARINGA: Mas, se a gente formalizar, inclusive jogando para a imprensa, ele vai ficar constrangido. Se for lá conversar, ele diz “não” e pronto.

Embora as gravações fossem bastante usadas pelos políticos no processo de impedimento da presidente, no dia 13 de julho de 2016 o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou a validade jurídica da escuta telefônica que interceptou conversa do petista com a presidente afastada Dilma Rousseff (IRAHETA, 2016, s.p.).

4.9 A REPÚBLICA DE CURITIBA

O trabalho da Força Tarefa da Lava-jato em Curitiba atingiu um nível de protagonismo tão espesso que incomodou principalmente os políticos do Partido dos Trabalhadores, cujos dirigentes repetem exaustivamente que a Operação age com seletividade. Esse protagonismo levou um dos investigados, o ex-presidente Lula, a se dirigir à operação como “República de Curitiba”. Em uma das conversas, registrada no dia 4 de março de 2016, o ex-presidente petista, Luiz Inácio Lula da Silva, desabafou com a agora presidente deposta, Dilma Rousseff (PT): “Eu, sinceramente, tô assustado com a República de Curitiba. Porque a partir de um juiz de primeira instância [Sérgio Moro], tudo pode acontecer nesse país”.

A expressão conquistou adeptos que, ao contrário de Lula, passaram a exaltar o pertencimento ao local onde estão centralizadas as investigações da Operação Lava Jato. Nas redes sociais, há diversas referências à “nova República”.

Nos protestos de do dia 17 de abril, surgiram até camisetas com a frase, acompanhada de imagens do juiz federal Sergio Moro e de integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF).

A referência de Lula veio acompanhada de uma constatação do ex-presidente: “A partir de um juiz de primeira instância, tudo pode acontecer neste país”.

Depois de dois anos, a Lava Jato se agigantou, fazendo com que os investigados temam a “República de Curitiba”.

Se de um lado está a maioria da população e a imprensa, enaltecendo fervorosamente as ações do Ministério Público Federal e do Juiz Sérgio Moro, de outro lado se encontram os legalistas e, principalmente, os que são simpáticos ao ex-presidente Lula e a presidente deposta Dilma Rousseff, que vem questionando sistematicamente os métodos utilizados, principalmente as prisões temporárias por tempo elevado, que, conforme denunciam, tem o objetivo de forçar delações premiadas. Também são muito questionadas as divulgações de gravações que foram frutos de interceptações, ainda que, sob ordens judiciais.

A divulgação dessas interceptações, muitas vezes retratadas na imprensa como “grampos telefônicos” em rede de televisão, para muitos doutrinadores, colide com direitos fundamentais da cidadania, elencados no artigo 5º da Constituição Federal, incisos X e XII:

Art. 5º - (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

•Crimes contra a honra: arts. 138, § 3º calúnia, 139, parágrafo único difamação e 140 injúria, todos do CP.

•Direitos morais do Autor, arts. 24 a 27 da Lei nº 9610, de 19.2.1998.

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

•Lei nº 9296, de 24.7.1996, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

•Inadmissibilidade de provas ilícitas – ver inciso LVI deste artigo.

Doorgal Borges de Andrada, em artigo publicado no site migalhas, afirma que:

A interceptação do sigilo das conversas telefônicas e sua posterior divulgação exigem solenidades processuais rígidas com observância estrita do devido processo legal, sob pena de entenderem a prova como abuso do direito ou constrangimento ilegal – prova nula – contaminando todo o processado. Esse fenômeno processual de nulidade os juristas americanos denominam como ‘a teoria dos frutos da árvore envenenada’ em que a má árvore não pode dar bons frutos. Teoria que foi transplantada para o direito brasileiro inicialmente pelos julgados e estudos do ex-Presidente do STF ilustre Ministro Sepúlveda Pertence.

Ele ainda acrescenta que:

Quando um noticiário da TV divulga uma escuta telefônica desrespeitando o segredo de justiça, cresce na sociedade a dúvida sobre a seriedade do uso desse instituto cautelar ante a demonstração de fraqueza do poder público, desorganização da polícia e inoperância do judiciário.

Ora, no momento que a autoridade policial ou o Ministério Público vão além do que foi autorizado judicialmente e permitem a imprensa acesso a uma prova sob segredo de justiça, tal prova deixa de ser lícita e entra no campo da ilegalidade (nula), pois não houve deferimento para divulgação a terceiros. Ofende o art. 5º. da Magna Carta e especialmente os art. 6º. §. 2º. e o art. 8º. da Lei n. 9296/96 que rege as autorizações das interceptações telefônicas.

A ilegalidade nesse caso atinge não somente o campo processual/formal ao desafiar os limites do mandado judicial, mas, o campo material/objetivo, pois, após divulgada ao público, alteram-se todas as estratégias da defesa e da acusação. Ante a penetração e força da imprensa moderna produzirá fortes reflexos e alteração na condução do inquérito (ou processo) interferindo no conjunto probatório e comportamental das partes, testemunhas, réu e advogados. Sem dizer das ofensas e danos sofridos pelos familiares ao verem ilegalmente sua intimidade doméstica ser exposta publicamente.

Mais ainda, materialmente, de fato, agride-se o direito à "presunção da inocência" prescrito no art. 5º- LVII, da Constituição, pois que, ninguém nega, no mundo atual e nas condições de vida da sociedade moderna – dentro dessa realidade o Direito tem que ser entendido – a divulgação pela mídia (sobretudo a TV), equivale a uma condenação pública antecipada quase irreparável, maculando o nome daquele ainda investigado que poderá até ser absolvido.

O STJ ao decidir o HC n. 12.717- MG considerou nula a prova produto de uma busca e apreensão porque a autoridade policial depois de efetuá-la legalmente, semanas depois, descumpriu o prazo fixado para devolução dos documentos reclamados pelos investigados, retendo-os além do prazo.

Então, se o Ministério Público ou autoridade investigadora não tem o controle ou condições (por ação ou omissão) para conduzir com segurança jurídica e material a interceptação telefônica, não deve solicitá-la. "Nem o juiz deveria deferi-la se lhe

falta essa certeza", ensina o eminente ex-Presidente do STF Ministro aposentado e professor Carlos Velloso durante aula no curso sobre Direito Norte-Americano (Belo Horizonte, 02.06.2007).

Mas, requerida a interceptação e sendo o teor da conversa divulgada pela imprensa (terceiros), a autoridade judicial, policial ou membro do Ministério Público responsável incorre (por ação ou omissão) no crime de "vazamento" tipificado na mesma Lei n. 9296/96, com pena de até 4 anos, e a indenização civil.

Também o renomado professor Antônio Scarance Fernandes ao comentar esse tema no livro "Processo Penal Constitucional" ressaltou a necessidade de o juiz verificar o *fumus boni iuris*: a probabilidade da autoria com indícios suficientes, e, a probabilidade da ocorrência de infração; além do *periculum in mora*, isto é, o perigo de ser perdida a prova sem a interceptação. Acrescenta que será "nula a autorização se provado de modo claro que o pedido se revestiu de má-fé pois haviam outros meios para produção da prova e que foram escondidos do juiz" (FERNANDES, p. 92). E, citando os grandes, Frederico Marques, Nuvolone, Fragoso, Pestana de Aguiar, completa: "o ordenamento jurídico é uma unidade e, assim, não é possível consentir que uma prova ilícita, vedada pela Constituição ou por lei substancial, possa ser aceita no âmbito do processual" (MARQUES, *et al.* p. 79).

Portanto, se houve a autorização judicial de violação dos direitos constitucionais ela produz efeitos enquanto dentro dos limites processuais. Até porque, na interceptação telefônica nada impede que depois possa ocorrer um novo pedido para suspender o sigilo processual, que, se deferido, permitirá então licitamente dar ampla publicidade àquela escuta, até então sob segredo e justiça.

Jamais o acesso de terceiros a intimidade das conversas telefônicas - ato inconstitucional – violador da privacidade alheia poderá ser tido como lícito. Do contrário teremos que admitir como lícito que qualquer do povo possa invadir a intimidade de terceiros para obter escutas telefônicas (os chamados grampos) sem uma autorização judicial exigida por lei.

Enfim, essa cautelar coleta de provas terá valor legal enquanto observados os limites da decisão judicial e os objetivos a que destina. Se o órgão estatal (estrutura policial, MP ou da Justiça) permite, por ação ou omissão a violação do segredo, evidentemente que a ordem constitucional está ofendida, e, todos sabemos, prova que afronta a Constituição é nula.

Esse contexto jurídico requer equilíbrio, prudência e ampla observância dos limites judiciais e legais, pois tal meio de investigação é instituto moderno que permite com alta tecnologia ajudar a apuração de crimes sofisticados. O mau uso dessa medida cautelar com os desvios das finalidades (p. ex. divulgação na mídia) faz a cada dia fortalecer mais os argumentos daqueles inimigos desse instrumento de investigação, que querem a sua extinção. Registre-se, já existe no meio parlamentar e governamental movimentação específica voltada a reexaminar e propor mudanças à atual Lei n. 9296/96.

Como vimos no artigo acima e o contemporizando à situação específica das divulgações da Lava-jato, observa-se que muitas conversas privadas, alheias ao processo, especialmente relacionadas à família de Lula, foram vazadas à imprensa. Alguns trechos, considerados invasivos da privacidade e violando direitos constitucionais, se espalharam como rastilho de pólvora pela internet.

Em vários blogs e até em sites de notícias, além de postagem em redes sociais, em um dos áudios divulgados pela Lava Jato mostram Renata da Silva, esposa de Fábio da Silva (o Lulinha) em uma conversa “quente” com Kalil Bittar. Kalil é irmão de Fernando Bittar, suposto dono do sítio em Atibaia.

Na conversa os dois trocam indiretas e debocham de vários membros da família do ex-presidente.

Apesar das situações em que a Polícia Federal, O Ministério Público e o Poder Judiciário acabaram por invadir perigosamente a intimidade dos investigados, violando, como já mostrado acima, princípios fundamentais em uma sociedade democrática, a Associação Nacional dos Procuradores da República, em artigo publicado no site Brasil Post, assinado pelo Procurador da República Alan Rogério Mansur Silva, são apresentadas várias consequências positivas da Lava-jato no Brasil, a saber:

a) *Instrumento da colaboração premiada muito útil para desvendar crimes de corrupção.* A colaboração premiada é um instituto jurídico que ganhou força no Brasil com a lei das organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013). É uma prática que visa a favorecer a defesa do réu, já que ele poderá obter a redução da pena em até 2/3, ou até mesmo o perdão judicial, se identificar demais coautores, revelar a estrutura e divisão de tarefas da organização criminosa e ajudar na colaboração total

ou parcial do produto do crime. Na Lava Jato, das 49 colaborações premiadas até então, 70% delas foram feitas com réus soltos.

b) *Apresentação das 10 medidas de combate à corrupção.* A Operação trouxe fortes resultados, mas os procuradores da República integrantes da Lava Jato entenderam que, se não mudar a legislação, os problemas de impunidade e falta de eficácia do combate à criminalidade podem prejudicar as próximas investigações ou mesmo trazer retrocessos ao País.

Assim, em 2015 o MPF propôs as 10 medidas de combate à corrupção, que são projetos de lei visando o aperfeiçoamento da legislação penal brasileira. Para se tornarem projetos de lei de iniciativa popular, eram necessárias 1,5 milhão de assinaturas. Em menos de um ano, as medidas conquistaram 2,1 milhões de assinaturas e foram apresentadas ao Congresso Nacional, na forma do Projeto de Lei nº 4850/2016.

c) *Demonstração de independência e fortalecimento do Judiciário.* O sucesso da Operação Lava Jato demonstra a independência do Poder Judiciário no País. Tanto o juiz federal Sérgio Moro quanto os desembargadores do TRF 4ª Região e ministros do STJ e STF atuaram de forma independente na avaliação dos processos originados da Lava Jato.

Decisões são proferidas e mantidas independente de pressão política ou econômica, sempre com base na prova dos autos. Cerca de 96% das decisões proferidas por Sérgio Moro estão sendo mantidas pelos tribunais, o que reforça o acerto e o caminho correto da Lava Jato.

d) *Aperfeiçoamento das investigações do MPF, PF e Receita Federal.* São R\$ 2,9 bilhões recuperados, vários outros bilhões de reais bloqueados no Brasil e no exterior, 49 acordos de colaboração premiada, 179 pessoas acusadas, 93 réus condenados. O contundente resultado da Lava Jato indica que as investigações do Ministério Público Federal, com o trabalho da Polícia Federal, Receita Federal e outros órgãos de controle, como o COAF e CGU, podem ser robustos e apresentar melhor eficácia quando realizados de forma conjunta, com compartilhamento de informações e reuniões periódicas e uma estratégia de atuação que priorize os casos mais importantes e melhores resultados, visando o interesse público.

e) Necessidade urgente de combater o mal da impunidade em todas as instituições. Nunca houve um ambiente institucional tão hostil à corrupção quanto agora. As instituições de todo o país estão sendo mais questionadas pelos atos de servidores e agentes políticos. Como a sociedade está estimulada pelos bons efeitos da Lava Jato, mais denúncias são levadas aos órgãos de investigação para apuração. A gestão pública está em eterna vigilância e há maior exigência da transparência. O melhor desinfetante é a luz do sol. E a luz solar agora alcançou os subterrâneos do poder político e econômico.

f) Traz à luz a corrupção sistêmica que drenava recursos públicos para contas particulares. Que ocorre pagamento de propina em algumas estatais e órgãos públicos, muito se denuncia e já se sabe no País. O que a Lava Jato escancarou foram os valores milionários e a forma e a banalidade que isso costumava ocorrer na Petrobras e em licitações de obras bilionárias do País.

Pela primeira vez, uma pesquisa de opinião indicou que a população entende que a corrupção é o maior problema do País. Em novembro/2015 o Datafolha indicou que 34% dos eleitores escolheram a corrupção como o maior problema do Brasil. A ideia que a corrupção tira dinheiro de nossas prioridades nacionais e traz prejuízos a toda a população está cada vez mais na consciência dos brasileiros.

g) Fortalecimento do sistema de cooperação internacional do Brasil para recuperar o dinheiro desviado. A Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional da PGR já teve 97 pedidos de cooperação internacional e conseguiu R\$ 450 milhões repatriados, valores que já retornaram aos cofres da Petrobras. Outros países como Peru, Suíça, EUA e Argentina também já pediram assistência ao Brasil para instruir suas próprias investigações. Só na Suíça já são US\$ 800 milhões bloqueados, suspeitos de terem sido obtidos ilegalmente do Brasil.

A cooperação internacional é essencial para se comprovar o encadeamento das provas e demonstrar a origem ilegal do dinheiro. Nunca o sistema de cooperação internacional foi tão acionado e funcionou. O caminho do dinheiro está sendo rastreado.

h) *Grandes empresas passaram a criar sistema de compliance, para evitar e punir casos de corrupção.* O compliance é um conjunto de regras e diretrizes internas que empresas criam para aferir se o funcionamento da empresa está de acordo com as normas internas e a legislação. É o departamento da empresa responsável pela manutenção da integridade e da reputação de uma empresa.

Grandes empresas internacionais, destacando-se Siemens e Nestlé, já possuem este controle interno. No Brasil, a partir da Lava Jato, a Petrobras criou seu sistema de compliance ainda em 2014. Dados recentes demonstraram que empresas privadas vem aumentando o interesse em aplicar este sistema no Brasil, para evitar problemas judiciais e também passar a mensagem externa que não é política da empresa praticar fraudes ou tolerar subornos.

Alan Rogério Mansur Silva é Procurador da República integrante de Núcleo de Combate à Corrupção e Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

5 FORO POR PRERROGATIVAS DE FUNÇÃO

Em vários países do Mundo existe o instituto do foro por prerrogativa de função, também conhecido no Brasil como “foro privilegiado”, mas aqui o número de autoridades dos três poderes cobertos por esse manto de proteção tem se mostrado bem acima do que acontece em outros países.

O foro por prerrogativa de função permite aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como ao Legislativo e ao Executivo, o benefício de serem processados apenas no âmbito dos tribunais e não por juízes de primeira instância. Em princípio, a principal necessidade de prerrogativa de foro era exatamente para membros do Judiciário e Ministério Público para garantir-lhes a imparcialidade, a equidade e a isenção em todos os seus julgamentos. Contudo, no que tange aos agentes políticos, a totalidade dessas garantias tem se revelado, na visão de muitos juristas, como uma forma de perpetuar a impunidade à classe política.

Com a Reforma do Judiciário, podemos prever a instituição de foro privilegiado para o processo e julgamento de determinadas autoridades superiores em sede de ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.

A maior parte dos especialistas que estudam o tema entendem que a prerrogativa de foro não pode ser confundida com um privilégio pessoal concedida à autoridade, mas uma prerrogativa em face de sua função e como forma de resguardar-lhe o regular exercício de seu cargo público, sem interferências e coações em seu direito à tomada de decisões em conexão com suas convicções e o espírito da lei.

Embora nos meios jornalísticos haja a prevalência do termo “foro privilegiado”, o que passa a ideia de privilégios, no meio doutrinário prefere-se o uso do termo “foro por prerrogativa de função”. Mas há, sim, vários juristas que consideram que, independentemente da escolha de uma das palavras para considerar essa deferência concedida a certas autoridades acaba por conferir privilégios quando o correto seria um regime jurídico geral ao qual se submetem todos, governantes e governados.

No caso específico dos parlamentares, a maioria absoluta dos estudiosos do direito e renomada jurista concorda que é imprescindível que se lhes conceda

garantias para assegurar-lhes a inviolabilidade que devem ser asseguradas por suas opiniões, palavras e votos. Embora seja um inegável privilégio concedido aos seus titulares das três esferas do poder, é inegável que bem dosado constitucionalmente, o foro por prerrogativa de função é importante para “garantir o livre exercício dos mandatos políticos e representativos e das funções superiores do Estado, para o qual, segundo essa opção, é indispensável à previsão de foro privilegiado, nos termos definidos pela Constituição”.

Embora justificável para impedir que ocupantes de certos cargos da República fiquem sujeitos a pressões de grupos de pressão, o mal uso dessas prerrogativas conflita a isonomia que deva ser concedida a todos os cidadãos no que concerne a direitos e deveres constitucionais. Mesmo que muitos doutrinadores justifiquem a manutenção do foro privilegiado para a proteção do cargo ocupado, a crítica que se faz com veemência é a extrema dificuldade para que políticos que estejam sendo investigados venham a ser punidos.

Tomemos como exemplo o caso de um governador de Estado que esteja sob investigação e tem o Superior Tribunal de Justiça para julgá-lo. Só que ele decide se desincompatibilizar do cargo para se candidatar a deputado federal. Como perde nesse tempo o foro por prerrogativa de função, o processo retorna à primeira instância. Se ele consegue o seu intento e elege-se deputado, a competência sobe para o Supremo Tribunal Federal. Mas a confusão não para por aí. Para dificultar ainda mais, daqui a dois anos ele decide candidatar-se a prefeito e a competência deixa de ser do STF. Dois anos depois, candidata-se novamente a governador e se elege. Mais uma vez o processo sobe para o Superior Tribunal de Justiça. No limite, às vésperas do julgamento, ele renuncia. Aí, a competência volta para o 1º grau. Em síntese, o sistema foi feito para não funcionar.

5.1 FORO PRIVILEGIADO: NECESSIDADE OU UM PRIVILÉGIO?

Vários juristas e estudiosos alegam que como os processos para esses ocupantes vão direto ao Supremo Federal, com supressão do direito ao duplo grau de jurisdição, esse instrumento não serve para aumentar a jurisdição. Essa foi, por exemplo, a posição da ex-ministra Ellen Gracie. A Ministra criticou duramente a pesquisa realizada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) que foi divulgada em julho de 2007, que contém dados sobre as ações que envolvem

autoridades no STF e no STJ, e mostrou a demora no julgamento e a não condenação da imensa maioria dos réus. Ellen Gracie alegou que a dificuldade do STF em julgar autoridades dependeu, entre o período de 1988 a 2002, do Congresso Nacional, já que este era órgão competente para autorizar a instauração de processos contra autoridades no Supremo Tribunal Federal, o que, segundo ela, não ocorreu.

Atendendo ao clamor popular, alguns políticos se mobilizam para aprovar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) propondo o fim do foro por prerrogativa de função. Essa mudança, no entanto, tem forte oposição e um dos mais críticos tem sido o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso. Ele afirma ser inadmissível ao direito que um presidente da república possa ser afastado por 180 dias por uma de um juiz de primeiro grau. Outra questão que ele levanta diz respeito ao princípio da hierarquia, visto que, o próprio ministro do Supremo Tribunal Federal poderia ser julgado por um juiz de primeira instância, caso fosse extinto o benefício do foro por prerrogativa de função às autoridades máximas dos três poderes.

Segundo José Augusto Delgado, ex-ministro do STJ, em sua obra Estudos em homenagem a Carlos Alberto Menezes:

A doutrina tem consagrado o foro por prerrogativa de função, acima de qualquer outra reflexão, como uma garantia e não como um privilégio. Uma segurança para os agentes políticos, pois passam a ser julgados por um órgão colegiado, composto por magistrados, em tese, mais experientes, que atuam de modo coletivo. (MENEZES. 2003, p. 335 e 373)

Delgado discorda que o instituto do foro por prerrogativa de função seja atentatório ao princípio da igualdade. Também deve-se levar em conta, segundo os que apoiam essa especial proteção do foro por prerrogativa de função, é que às autoridades que promovem investigações precisam de certas garantias e citam o problema e a insegurança jurídica que se estabeleceria se um promotor, denunciando várias autoridades no Município, pudessem ser julgados por um juiz local, o qual poderia estar sob influência de determinado político ou grupo político da região.

Apesar dos elevados motivos a ensejarem a necessidade desse instituto como salvaguarda principalmente aos membros do Poder Judiciário, há os que

simplesmente defendem o fim ou mudanças nesse instituto, alegando ser ele a porta de entrada para a impunidade.

“Uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça serve de base que os contrários ao “foro privilegiado” utilizam como justificativa uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça que avaliou que, entre 15 de dezembro de 1988 a 15 de junho de 2007 que tramitaram no Supremo Tribunal Federal 130 (cento e trinta) processos criminais contra autoridades que possuem foro privilegiado, entretanto ninguém foi condenado. Das 130 (cento e trinta) ações criminais protocoladas no Supremo, estão em tramitação 52 (cinquenta e duas); o restante, ou resultaram em absolvição, ou prescreveram, ou foram arquivadas ou acabaram transferidas para instâncias inferiores. Quanto ao Superior Tribunal de Justiça, o levantamento constatou que foram abertas 483 ações criminais contra autoridades com foro privilegiado, mas dessas ações, apenas 05 (cinco) pessoas foram condenadas. Das 483 ações criminais protocoladas, apenas 81 (oitenta e uma) estão em tramitação, o restante, como aconteceu no STF, ou resultaram em absolvição, ou prescreveram, ou decaíram, ou foram remetidas ao STF, ou aguardam autorização da Assembleia, ou até mesmo ocorreu o falecimento dos réus antes do fim da ação”.

Tem-se, pelos números acima mencionados, que o Brasileiro tem razão, em sua análise mais simplista, em considerar que o foro por prerrogativa de função acaba gerando impunidade. Como podemos perceber há uma descrença generalizada a respeito das instituições do Brasil. O foro por prerrogativa de função deveria deixar de existir ou o mais correto seria reformar o sistema e fazer com que os julgamentos fossem realmente concluídos, com o resultado minimamente satisfatório? Mas o problema não está apenas no judiciário, como avaliam vários analistas. Na visão deles, o país precisa de uma classe política mais comprometida com a ética.

5.2 PROPOSTAS PARA JULGAMENTO DE AUTORIDADES

A sobrecarga alegada por ministros do Supremo Tribunal Federal e a morosidade da Procuradoria Geral da República tem feito surgir várias propostas para dar maior dinamismo aos julgamentos. No modelo atual, o STF praticamente se transformou em uma câmara criminal, sem ter capacidade para tal. Veja o que dispõe a Constituição Federal de 1988.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

"b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente."

Nas palavras de Luiz Roberto Barroso "O foro por prerrogativa de função, apelidado de foro privilegiado, é um mal para o Supremo Tribunal Federal e para o país. É preciso acabar com ele ou reservá-lo a um número mínimo de autoridades, como os chefes de Poder". Há três ordens de razões que justificam sua eliminação ou redução drástica:

Razões Filosóficas: trata-se de uma reminiscência aristocrática, não republicana, que dá privilégio a alguns, sem um fundamento razoável;

Razões Estruturais: Cortes constitucionais, como o STF, não foram concebidas para funcionarem como juízos criminais de 1º grau, nem têm estrutura para isso. O julgamento da AP 470 ocupou o tribunal por um ano e meio, em 69 sessões;

Razões de Justiça: o foro por prerrogativa é causa frequente de impunidade, porque é demorado e permite a manipulação da jurisdição do Tribunal.

Uma solução para amenizar o problema de tantos detentores de foro por prerrogativa de função, na visão de Ali Mazloum, seria a criação de um juízo de autoridades. Um juizado composto de cerca de 20 juízes federais, arregimentados das cinco regiões do país pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo critério único da antiguidade (evitando escolhas subjetivas), instalado na capital federal, poderia com maior celeridade processar e julgar, em colegiados de três juízes, causas penais (até improbidade) envolvendo ditas autoridades.

Perante esse juizado, atuariam delegados federais e membros do Ministério Público Federal com amplos poderes de investigação, ressalvadas matérias afetas à reserva de jurisdição. O juiz que atuasse na fase investigatória para decidir questões relacionadas a direitos fundamentais não poderia atuar nas turmas de julgamento (preserva-se, com isso, o requisito da imparcialidade).

Das decisões proferidas no âmbito desse hipotético Juizado dos Crimes de Autoridades, caberia recurso diretamente ao Supremo Tribunal Federal. Devolve-se à suprema corte, de conseguinte, o destino jurídico da autoridade processada. Estariam asseguradas a necessária celeridade na apuração de crimes, a igualdade entre todos e, ainda, o duplo grau de jurisdição. O mesmo modelo poderia ser adotado no âmbito dos estados.

Em outra vertente, Henrique Hoffman, assevera que "a competência *ratione personae* não desloca para o tribunal as funções de Polícia Judiciária. A remessa do inquérito policial em curso ao tribunal competente para a eventual ação penal e sua imediata distribuição a um relator não o torna autoridade investigadora, mas apenas lhe comete as funções ordinariamente conferidas ao juiz de primeiro grau, na fase pré-processual das investigações" (STF, HC 82.507, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 10/12/2002; STF, RHC 84.903, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 04/02/2005).

(....) a instauração e inquérito policial para a apuração de fato em que se vislumbre a possibilidade de envolvimento de titular de prerrogativa de foro não depende de iniciativa do chefe do Ministério Público. Tanto a abertura das investigações quanto o eventual indiciamento são atos da autoridade que preside o inquérito, a saber, o delegado de polícia. (STF, Pet 3.825 QO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 11/04/2007).

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal, através da ADI 1.750, determina que o juiz brasileiro não pode investigar crimes, muito embora tenha havido também o entendimento de que, no caso de investigação preliminar relacionada a detentores de prerrogativa de foro (Inq 2963-RR) deve ter tramitação judicial, sob supervisão do relator, conforme aponta Fábio Bechara, que aponta críticas ao entendimento.

O tema foi analisado pela ministra Elen Gracie, em decisão na Petição 3.248-DF, publicada em 23 de novembro de 2004, ao decidir que: Não parece razoável admitir que um ministro do Supremo Tribunal Federal conduza, perante a Corte, um inquérito policial que poderá se transformar em ação penal, de sua relatoria. Não há confundir investigação, de natureza penal, quando envolvido um parlamentar, com aquela que envolve um membro do Poder Judiciário. No caso deste último, havendo indícios da prática de crime, os autos serão remetidos ao Tribunal ou Órgão Especial competente, a fim de que se prossiga a investigação. É o que determina o art. 33, § único da LOMAN.

Mas quando se trata de parlamentar federal, a investigação prossegue perante a autoridade policial federal. Apenas a ação penal é que tramita no Supremo Tribunal Federal. Disso resulta que não pode ser atendido o pedido de instauração de inquérito policial originário perante esta Corte. E, por via de consequência, a solicitação de indiciamento do parlamentar, ato privativo da autoridade policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Operação Lava-jato investiga centenas de agentes políticos e não políticos, denunciados por envolvimento em pagamento e recebimento de propina e outros crimes contra a administração pública. Segundo o levantamento do ministério público, os envolvidos teriam desviado bilhões de reais dos cofres da união, principalmente da Petrobrás, mas também com indícios em outros setores do governo.

O foco do presente trabalho, no entanto, foi debater se as gravações e a posterior levantamento do sigilo para que os diálogos fossem divulgados pela imprensa feriu ou não o ordenamento jurídico. Como vimos, não há unanimidade dos juristas nem dos doutrinadores. Nota-se que há um clamor popular por justiça e isso pode ter influenciado essa divisão de opiniões, embora ao se analisar friamente o ordenamento jurídico, como fartamente demonstrado no presente trabalho, observa-se, no mínimo, que alguns artigos da Constituição e também da Lei 9296/96 foram violados. A prova mais cabal disso foi a decisão do Ministro Theori Zavascki que anulou as gravações em que se captou diálogo entre o ex-presidente Lula e a presidente deposta, Dilma Rousseff.

O que se nota é que o direito não é e nunca será uma ciência exata e nem funciona como as operações matemáticas, especialmente as básicas, onde sempre $2+2$ será 04, independentemente do ângulo que se observa o resultado. No caso do direito, os conflitos são superados pela oposição de interesses, públicos ou privados, e muitas vezes somente o poder de império do Estado consegue chegar a um ponto de equilíbrio.

No caso concreto, o que se tem é que o país mergulhou fundo na corrupção e as investigações envolvem vários órgãos estatais em uma operação muito bem coordenada, como o epicentro em Curitiba, Paraná, que até recebeu o apelido de “República de Curitiba” por um dos acusados de envolvimento nesse esquema monstruoso, o ex-presidente Lula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil *et al.* **Estou assustado com a “República de Curitiba”, diz Lula em grampo.** Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458177244_587512.html>.

Acesso em 05 de dezembro de 2016

AMORA, Dimmi *et al.* **Moro havia mandado suspender grampos antes da gravação.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750819-moro-havia-mandado-suspender-grampos-antes-da-gravacao.shtml>>.

Acesso em 01 de dezembro de 2016

ANSELMO, Márcio Adriano. **É necessário revisar foro privilegiado e investigação de autoridades.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-31/academia-policia-necessario-revisar-foro-privilegiado-investigacao-autoridades>>.

Acesso em 05 de dezembro de 2016

BARROSO, Luís Roberto. **Foro Privilegiado deve acabar ou ser limitado aos Chefes dos Poderes.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-23/roberto-barroso-foro-privilegiado-acabar-reduzir-impunidade>>.

Acesso em 05 de dezembro de 2016

BOMFIM, Camila. **Líder do Governo no Senado, Delcídio do Amaral é preso pela Polícia Federal.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/11/delcidio-amaral-senador-do-pt-e-preso-pela-policia-federal.html>>.

Acesso em 01 de dezembro de 2016.

BRAGA, Mário. **Defesa de Lula diz que grampo de Advogados é grave atentado a Garantias Constitucionais.** Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,defesa-de-lula-diz-que-grampo-de-advogados-e-grave-atentado-a-garantias-constitucionais,10000021813>>.

Acesso em 01 de dezembro de 2016.

BRASIL, Decreto lei 2.848/40, Código Penal. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

Acesso em 01 de dezembro de 2016.

BRASIL, Lei 9613/98. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=313285&caixaBusca=N>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus: HC 208657. MG 2011-0127588-0. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25079520/habeas-corpus-hc-208657-mg-20110127588-0-stj>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.
CYSNE, Diogo. **Foro Privilegiado**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/foro-privilegiado/>>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. **Processo Penal**. Ed. 32. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, v. 3.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Entenda a Operação Lava-jato da Polícia Federal**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; FILHO, Antônio Magalhães Gomes. **As nulidades no processo penal**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

IRAHETA, Diego. **8 Conversas de Lula Interceptadas pela Lava Jato**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/8-conversas-de-lula-interceptadas-pela-lava-jato/>>. Acesso em 05 de dezembro de 2016

JÚNIOR, Waldemar Antônio Tassara. **Interceptação telefônica a luz do ordenamento jurídico brasileiro após o advento da Lei 9296/96**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7129>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

MPF. **Caso Lava Jato**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

NOLASCO, Linconl. **Mecanismos de investigação e interceptação telefônica**. In: Âmbito Jurídico. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,mecanismos-deinvestigacao-e-interceptacao-telefonica,46538.html>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

PARIZATTO, João Roberto. **Comentários à Lei 9.296, de 24.07.96: interceptação de comunicação telefônica**. São Paulo: Ed. de Direito, 1996.

POMPEO, Carolina; BARAN, Katna. **Entenda o funcionamento da “República de Curitiba” que assusta Lula**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida->

publica/entenda-o-funcionamento-da-republica-de-curitiba-que-assusta-lula-e7tyfa4kr3bclsap53latkmnu>. Acesso em 05 de dezembro de 2016

RAMALHO, Renan. **Ministro Teori Zavascki manda soltar Senador Delcídio do Amaral**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/02/ministro-teori-zavascki-manda-soltar-senador-delcidio-amaral.html>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

RAMALHO, Renas; COSME, Marcelo. **Teori anula escuta de Lula e Dilma e envia para Moro caso de Sítio e Triplex**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/06/teori-manda-para-moro-investigacoes-sobre-sitio-e-triplex-atribuidos-lula.html>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

RAMALHO, Renas; COSME, Marcelo. **Teori Zavascki homologa Delação Premiada de Delcídio do Amaral**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/teori-zavascki-homologa-delacao-premiada-de-delcidio-do-amaral.html>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

SILVA, Leandro Ribeiro. **Foro Privilegiado: Concessão Especial ou Necessidade**. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14776>. Acesso em 05 de dezembro de 2016

TABLOIDE DE SÃO PAULO. **Delcídio viola medidas cautelares e MPF pede sua prisão**. Disponível em: <<http://tabloidesp.com.br/politica/2016/07/28/delcidio-viola-medidas-cautelares-e-mpf-pede-sua-prisao/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

TREZZI, Humberto; SCHAFFNER, Fábio. **Legalidade de Áudios de Dilma divulgados por Moro divide Juristas**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/03/legalidade-de-audios-de-dilma-divulgados-por-moro-divide-juristas-5113274.html>>. Acesso em 01 de dezembro de 2016

ZORZAN, Gilcinéia. **Da interceptação telefônica: questões especiais da Lei 9.296/96**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 129, out 2014. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15293&revista_caderno=22>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.